

# REGULAMENTAÇÃO

## LINDB

### DECRETO Nº 9.830/2019

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
	<b>Motivação e decisão</b>
	<p><b>Art. 2º</b> A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.</p> <p>§ 1º A motivação da decisão conterá os seus fundamentos e apresentará a congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.</p> <p>§ 2º A motivação indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram.</p> <p>§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.</p>
<p><b>Art. 20.</b> Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<b>Motivação e decisão baseadas em valores jurídicos abstratos</b>
	<p><b>Art. 3º</b> A decisão que se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos observará o disposto no art. 2º e as consequências práticas da decisão.</p> <p>§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.</p> <p>§ 2º Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará apenas aquelas consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p>Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 3º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.</p>
<p><b>Art. 21.</b> A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Motivação e decisão na invalidação</b></p> <p><b>Art. 4º</b> A decisão que decretar invalidação de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos observará o disposto no art. 2º e indicará, de modo expresse, as suas consequências jurídicas e administrativas.</p> <p>§ 1º A consideração das consequências jurídicas e administrativas é limitada aos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos que se espera do decisor no exercício diligente de sua atuação.</p> <p>§ 2º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de proporcionalidade e de razoabilidade.</p> <p>§ 3º Quando cabível, a decisão a que se refere o <i>caput</i> indicará, na modulação de seus efeitos, as condições para que a regularização ocorra de forma proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.</p> <p>§ 4º Na declaração de invalidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, o decisor poderá, consideradas as consequências jurídicas e administrativas da decisão para a administração pública e para o administrado:</p> <p>I - restringir os efeitos da declaração; ou</p> <p>II - decidir que sua eficácia se iniciará em momento posteriormente definido.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p>Parágrafo único. A decisão a que se refere o <i>caput</i> deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 5º A modulação dos efeitos da decisão buscará a mitigação dos ônus ou das perdas dos administrados ou da administração pública que sejam anormais ou excessivos em função das peculiaridades do caso.</p>
<p><b>Art. 22.</b> Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Interpretação de normas sobre gestão pública</b></p> <p><b>Art. 8º</b> Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.</p>
<p>§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 1º Na decisão sobre a regularidade de conduta ou a validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, serão consideradas as circunstâncias práticas que impuseram, limitaram ou condicionaram a ação do agente público.</p> <p>§ 2º A decisão a que se refere o § 1º observará o disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.</p>
<p>§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Decisão que impuser sanção ao agente público</b></p> <p><b>Art. 16.</b> A decisão que impuser sanção ao agente público considerará:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I - a natureza e a gravidade da infração cometida;</li> <li>II - os danos que dela provierem para a administração pública;</li> <li>III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;</li> <li>IV - os antecedentes do agente;</li> <li>V - o nexo de causalidade; e</li> <li>VI - a culpabilidade do agente.</li> </ul> <p>§ 1º A motivação da decisão a que se refere o <i>caput</i> observará o disposto neste Decreto.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p>§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 2º As sanções aplicadas ao agente público serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções da mesma natureza e relativas ao mesmo fato.</p>
<p><b>Art. 23.</b> A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre <b>norma de conteúdo indeterminado</b>, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever <b>regime de transição</b> quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais. (Regulamento)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Motivação e decisão na nova interpretação de norma de conteúdo indeterminado</b></p> <p><b>Art. 6º</b> A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito, preverá regime de transição, quando indispensável para que o novo dever ou o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.</p>
	<p>§ 1º A instituição do regime de transição será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.</p> <p>§ 2º A motivação considerará as condições e o tempo necessário para o cumprimento proporcional, equânime e eficiente do novo dever ou do novo condicionamento de direito e os eventuais prejuízos aos interesses gerais.</p> <p>§ 3º Considera-se nova interpretação ou nova orientação aquela que altera o entendimento anterior consolidado.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Regime de transição</b></p> <p><b>Art. 7º</b> Quando cabível, o regime de transição preverá:</p> <p>I - os órgãos e as entidades da administração pública e os terceiros destinatários;</p> <p>II - as medidas administrativas a serem adotadas para adequação à interpretação ou à nova orientação sobre norma de conteúdo indeterminado; e</p> <p>III - o prazo e o modo para que o novo dever ou novo condicionamento de direito seja cumprido.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p>Parágrafo único. (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	
<p><b>Art. 24.</b> A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Revisão quanto à validade por mudança de orientação geral</b></p> <p><b>Art. 5º</b> A decisão que determinar a revisão quanto à validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos cuja produção de efeitos esteja em curso ou que tenha sido concluída levará em consideração as orientações gerais da época.</p> <p>§ 1º É vedado declarar inválida situação plenamente constituída devido à mudança posterior de orientação geral.</p> <p>§ 2º O disposto no § 1º não exclui a possibilidade de suspensão de efeitos futuros de relação em curso.</p>
<p>Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 3º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se orientações gerais as interpretações e as especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária e as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.</p>
	<p>§ 4º A decisão a que se refere o <i>caput</i> será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.</p>
<p><b>Art. 25.</b> (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	
<p><b>Art. 26.</b> Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p style="text-align: center;"><b>Compromisso</b></p> <p><b>Art. 10.</b> Na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável e as seguintes condições:</p> <p>I - após oitiva do órgão jurídico;</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
	<p>II - após realização de consulta pública, caso seja cabível; e</p> <p>III - presença de razões de relevante interesse geral.</p> <p>§ 1º A decisão de celebrar o compromisso a que se refere o <i>caput</i> será motivada na forma do disposto no art. 2º.</p>
<p>§ 1º O compromisso referido no <i>caput</i> deste artigo: <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 2º O compromisso:</p>
<p>I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais; <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>I - buscará solução proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;</p>
<p>II - (VETADO); <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	
<p>III - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral; <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>II - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecido por orientação geral; e</p>
<p>IV - deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>III - preverá:</p> <p>a) as obrigações das partes;</p> <p>b) o prazo e o modo para seu cumprimento;</p> <p>c) a forma de fiscalização quanto a sua observância;</p> <p>d) os fundamentos de fato e de direito;</p> <p>e) a sua eficácia de título executivo extrajudicial; e</p> <p>f) as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.</p>
	<p>§ 3º O compromisso firmado somente produzirá efeitos a partir de sua publicação.</p>
<p>§ 2º (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p><b>Art. 27.</b> A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i> (Regulamento)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Compensação</b></p> <p><b>Art. 9º</b> A decisão do processo administrativo poderá impor diretamente à pessoa obrigada compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos, com a finalidade de evitar procedimentos contenciosos de ressarcimento de danos.</p>
	<p>§ 1º A decisão do processo administrativo é de competência da autoridade pública, que poderá exigir compensação por benefícios indevidamente fruídos pelo particular ou por prejuízos resultantes do processo ou da conduta do particular.</p>
<p>§ 1º A decisão sobre a compensação será motivada, ouvidas previamente as partes sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 2º A compensação prevista no <i>caput</i> será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º e será precedida de manifestação das partes obrigadas sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor.</p>
<p>§ 2º Para prevenir ou regular a compensação, poderá ser celebrado compromisso processual entre os envolvidos. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	<p>§ 3º A compensação poderá ser efetivada por meio do compromisso com os interessados a que se refere o art. 10.</p> <p>§ 4º O processo que subsidiar a decisão de celebrar o compromisso será instruído com:</p> <p>I - o parecer técnico conclusivo do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e, quando for o caso, sobre as obrigações orçamentário-financeiras a serem assumidas;</p> <p>II - o parecer conclusivo do órgão jurídico sobre a viabilidade jurídica do compromisso, que conterà a análise da minuta proposta;</p> <p>III - a minuta do compromisso, que conterà as alterações decorrentes das análises técnica e jurídica previstas nos incisos I e II; e</p> <p>IV - a cópia de outros documentos que possam auxiliar na decisão de celebrar o compromisso.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
	<p>§ 5º Na hipótese de o compromisso depender de autorização do Advogado-Geral da União e de Ministro de Estado, nos termos do disposto no § 4º do art. 1º ou no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou ser firmado pela Advocacia-Geral da União, o processo de que trata o § 3º será acompanhado de manifestação de interesse da autoridade máxima do órgão ou da entidade da administração pública na celebração do compromisso.</p> <p>§ 6º Na hipótese de que trata o § 5º, a decisão final quanto à celebração do compromisso será do Advogado-Geral da União, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Termo de ajustamento de gestão</b></p> <p><b>Art. 11.</b> Poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral.</p> <p>§ 1º A decisão de celebrar o termo de ajustamento de gestão será motivada na forma do disposto no art. 2º.</p> <p>§ 2º Não será celebrado termo de ajustamento de gestão na hipótese de ocorrência de dano ao erário praticado por agentes públicos que agirem com dolo ou erro grosseiro.</p> <p>§ 3º A assinatura de termo de ajustamento de gestão será comunicada ao órgão central do sistema de controle interno.</p>



DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p><b>Art. 28.</b> O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Responsabilização na hipótese de dolo ou erro grosseiro</b></p> <p><b>Art. 12.</b> O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.</p>
	<p>§ 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.</p> <p>§ 2º Não será configurado dolo ou erro grosseiro do agente público se não restar comprovada, nos autos do processo de responsabilização, situação ou circunstância fática capaz de caracterizar o dolo ou o erro grosseiro.</p> <p>§ 3º O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização, exceto se comprovado o dolo ou o erro grosseiro do agente público.</p> <p>§ 4º A complexidade da matéria e das atribuições exercidas pelo agente público serão consideradas em eventual responsabilização do agente público.</p> <p>§ 5º O montante do dano ao erário, ainda que expressivo, não poderá, por si só, ser elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo.</p> <p>§ 6º A responsabilização pela opinião técnica não se estende de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir e somente se configurará se estiverem presentes elementos suficientes para o decisor aferir o dolo ou o erro grosseiro da opinião técnica ou se houver conluio entre os agentes.</p> <p>§ 7º No exercício do poder hierárquico, só responderá por culpa in vigilando aquele cuja omissão caracterizar erro grosseiro ou dolo.</p> <p>§ 8º O disposto neste artigo não exime o agente público de atuar de forma diligente e eficiente no cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
	<p data-bbox="863 360 1412 405" style="text-align: center;"><b>Análise de regularidade da decisão</b></p> <p data-bbox="818 465 1444 674"><b>Art. 13.</b> A análise da regularidade da decisão não poderá substituir a atribuição do agente público, dos órgãos ou das entidades da administração pública no exercício de suas atribuições e competências, inclusive quanto à definição de políticas públicas.</p> <p data-bbox="818 701 1361 801">§ 1º A atuação de órgãos de controle privilegiará ações de prevenção antes de processos sancionadores.</p> <p data-bbox="818 828 1444 999">§ 2º A eventual estimativa de prejuízo causado ao erário não poderá ser considerada isolada e exclusivamente como motivação para se concluir pela irregularidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos.</p>
	<p data-bbox="852 1037 1426 1126" style="text-align: center;"><b>Direito de regresso, defesa judicial e extrajudicial</b></p> <p data-bbox="818 1160 1453 1469"><b>Art. 14.</b> No âmbito do Poder Executivo federal, o direito de regresso previsto no § 6º do art. 37 da Constituição somente será exercido na hipótese de o agente público ter agido com dolo ou erro grosseiro em suas decisões ou opiniões técnicas, nos termos do disposto no art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, e com observância aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.</p>
	<p data-bbox="818 1507 1458 1854"><b>Art. 15.</b> O agente público federal que tiver que se defender, judicial ou extrajudicialmente, por ato ou conduta praticada no exercício regular de suas atribuições institucionais, poderá solicitar à Advocacia-Geral da União que avalie a verossimilhança de suas alegações e a consequente possibilidade de realizar sua defesa, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e nas demais normas de regência.</p> <p data-bbox="818 1881 1444 2018"><b>Art. 17.</b> O disposto no art. 12 não afasta a possibilidade de aplicação de sanções previstas em normas disciplinares, inclusive nos casos de ação ou de omissão culposas de natureza leve.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p>§ 1º (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p> <p>§ 2º (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p> <p>§ 3º (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i></p>	
<p><b>Art. 29.</b> Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i> (Vigência) (Regulamento)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Consulta pública para edição de atos normativos</b></p> <p><b>Art. 18.</b> A edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico.</p>
	<p>§ 1º A decisão pela convocação de consulta pública será motivada na forma do disposto no art. 3º.</p>
<p>§ 1º A convocação conterà a minuta do ato normativo e fixará o prazo e demais condições da consulta pública, observadas as normas legais e regulamentares específicas, se houver. <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i> (Vigência)</p>	<p>§ 2º A convocação de consulta pública conterà a minuta do ato normativo, disponibilizará a motivação do ato e fixará o prazo e as demais condições.</p>
	<p>§ 3º A autoridade decisora não será obrigada a comentar ou considerar individualmente as manifestações apresentadas e poderá agrupar manifestações por conexão e eliminar aquelas repetitivas ou de conteúdo não conexo ou irrelevante para a matéria em apreciação.</p> <p>§ 4º As propostas de consulta pública que envolverem atos normativos sujeitos a despacho presidencial serão formuladas nos termos do disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.</p>
<p>§ 2º (VETADO). <i>(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</i> (Vigência)</p>	

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
<p><b>Art. 30.</b> As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018) (Regulamento)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Segurança jurídica na aplicação das normas</b></p> <p><b>Art. 19.</b> As autoridades públicas atuarão com vistas a aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de normas complementares, orientações normativas, súmulas, enunciados e respostas a consultas.</p>
<p>Parágrafo único. Os instrumentos previstos no <i>caput</i> deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)</p>	<p>Parágrafo único. Os instrumentos previstos no <i>caput</i> terão caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade da administração pública a que se destinarem, até ulterior revisão.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Parecer do Advogado-Geral da União e de consultorias jurídicas e súmulas da Advocacia-Geral da União</b></p> <p><b>Art. 20.</b> O parecer do Advogado-Geral da União de que tratam os art. 40 e art. 41 da Lei Complementar nº 73, 10 de fevereiro de 1993, aprovado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União juntamente com o despacho presidencial, vincula os órgãos e as entidades da administração pública federal, que ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.</p> <p>§ 1º O parecer do Advogado-Geral da União aprovado pelo Presidente da República, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.</p> <p>§ 2º Os pareceres de que tratam o <i>caput</i> e o § 1º têm prevalência sobre outros mecanismos de uniformização de entendimento.</p> <p><b>Art. 21.</b> Os pareceres das consultorias jurídicas e dos órgãos de assessoramento jurídico, de que trata o art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993, aprovados pelo respectivo Ministro de Estado, vinculam o órgão e as respectivas entidades vinculadas.</p>

DECRETO-LEI Nº 4.657/1942	DECRETO Nº 9.830/2019
	<p style="text-align: center;"><b>Orientações normativas</b></p> <p><b>Art. 22.</b> A autoridade que representa órgão central de sistema poderá editar orientações normativas ou enunciados que vincularão os órgãos setoriais e seccionais.</p> <p>§ 1º As controvérsias jurídicas sobre a interpretação de norma, instrução ou orientação de órgão central de sistema poderão ser submetidas à Advocacia-Geral da União.</p>
	<p>§ 2º A submissão à Advocacia-Geral da União de que trata o § 1º será instruída com a posição do órgão jurídico do órgão central de sistema, do órgão jurídico que divergiu e dos outros órgãos que se pronunciaram sobre o caso.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Enunciados</b></p> <p><b>Art. 23.</b> A autoridade máxima de órgão ou da entidade da administração pública poderá editar enunciados que vinculem o próprio órgão ou a entidade e os seus órgãos subordinados.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Transparência</b></p> <p><b>Art. 24.</b> Compete aos órgãos e às entidades da administração pública manter atualizados, em seus sítios eletrônicos, as normas complementares, as orientações normativas, as súmulas e os enunciados a que se referem os art. 19 ao art. 23.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Vigência</b></p> <p><b>Art. 25.</b> Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p>
	<p>Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.</p> <p>JAIR MESSIAS BOLSONARO</p> <p>Paulo Guedes, Wagner de Campos Rosário e André Luiz de Almeida Mendonça</p>